

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



GUIA PRÁTICO
PARA FORMULAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE
**PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
CONTRA MULHERES**

Sumário

Apresentação	3
Entendendo o contexto e as múltiplas formas de violência contra a mulher	4
Fatores de risco e proteção	8
Políticas públicas para prevenção da violência contra a mulher	11
Promoção da autonomia financeira.....	15
Mudança nas normas sociais de gênero	17
Prevenção da violência intrafamiliar e doméstica	18
Redução de facilitadores (fatores de risco)	22
Aperfeiçoamento institucional das redes de proteção às mulheres.....	23
Recomendações finais	25
Notas de fim	26

Apresentação

A violência contra as mulheres é uma realidade complexa e devastadora, que se manifesta de várias maneiras, incluindo violência física, sexual, psicológica, moral e econômica. Considerando este contexto, este guia apresenta programas e iniciativas avaliadas por organizações renomadas, como o Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (JPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e a ONU Mulheres, destacando abordagens que tiveram elevado grau de eficácia e eficiência na prevenção da violência contra mulheres. O objetivo é utilizar estas experiências práticas como base para a formulação de políticas públicas embasadas em evidências, focando especificamente na prevenção à violência contra mulheres.

Inicialmente, realizamos uma análise dos fatores de risco e proteção associados à violência contra mulheres. Utilizando como base a "Pirâmide da Violência Machista", elaborada pelo Instituto de Estudos sobre Estado e Participação - Saúde (IDEP SALUD), exploramos os diferentes níveis em que esses fatores atuam, desde os individuais até os estruturais. Também contextualizamos o cenário legal relacionado à violência contra mulheres, enfatizando o papel da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, como marco regulatório no Brasil.

A partir de exemplos de programas concretos já implementados e avaliados ao redor do mundo, o guia destaca a importância de programas e ações que promovam a autonomia financeira das mulheres por meio do acesso a oportunidades de emprego, capacitação profissional e empreendedorismo, assim como iniciativas que desafiam estereótipos de gênero e promovam relações fundamentadas no respeito mútuo e na igualdade de direitos.

O guia reafirma a necessidade de políticas públicas que priorizem a prevenção da violência intrafamiliar e doméstica, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de fortalecimento das redes de proteção às mulheres com serviços de atendimento especializado e medidas de segurança eficazes. Além disso, para transformar os ambientes onde a violência contra as mulheres ocorre com maior frequência, como escolas e residências, o guia sugere a implementação de programas educacionais e de sensibilização sobre violência de gênero, favorecendo a promoção de ambientes seguros e inclusivos.

Por fim, o guia ressalta a importância do envolvimento de todos os setores da sociedade na implementação dessas políticas, incluindo o governo, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade em geral. Somente com esforços conjuntos, coordenados e de longo prazo é que será possível criar um ambiente onde todas as mulheres possam viver livres de violência e com dignidade.

Entendendo o contexto e as múltiplas formas de violência contra a mulher

Entendida não só como uma violação de direitos humanos, mas também como um problema de segurança e saúde pública, a violência contra a mulher é uma manifestação complexa da desigualdade de gênero que permeia todas as esferas sociais. É um fenômeno multifacetado que exige uma abordagem abrangente e integrada, não apenas para o seu enfrentamento, mas principalmente para a sua prevenção. Afinal, manter meninas e mulheres vivas e saudáveis sem expô-las a qualquer situação de violência física ou emocional deve ser prioridade em uma gestão pública efetiva, eficaz e comprometida com a igualdade de gênero e com o desenvolvimento social.

A violência contra a mulher tem origem na desigualdade de gênero, em um sistema de crenças que postula a inferioridade das mulheres em relação aos homens na sociedade. Essas crenças influenciam os papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade e as expectativas sociais sobre seu comportamento, afetando diretamente os riscos e vulnerabilidades aos quais estão sujeitas.

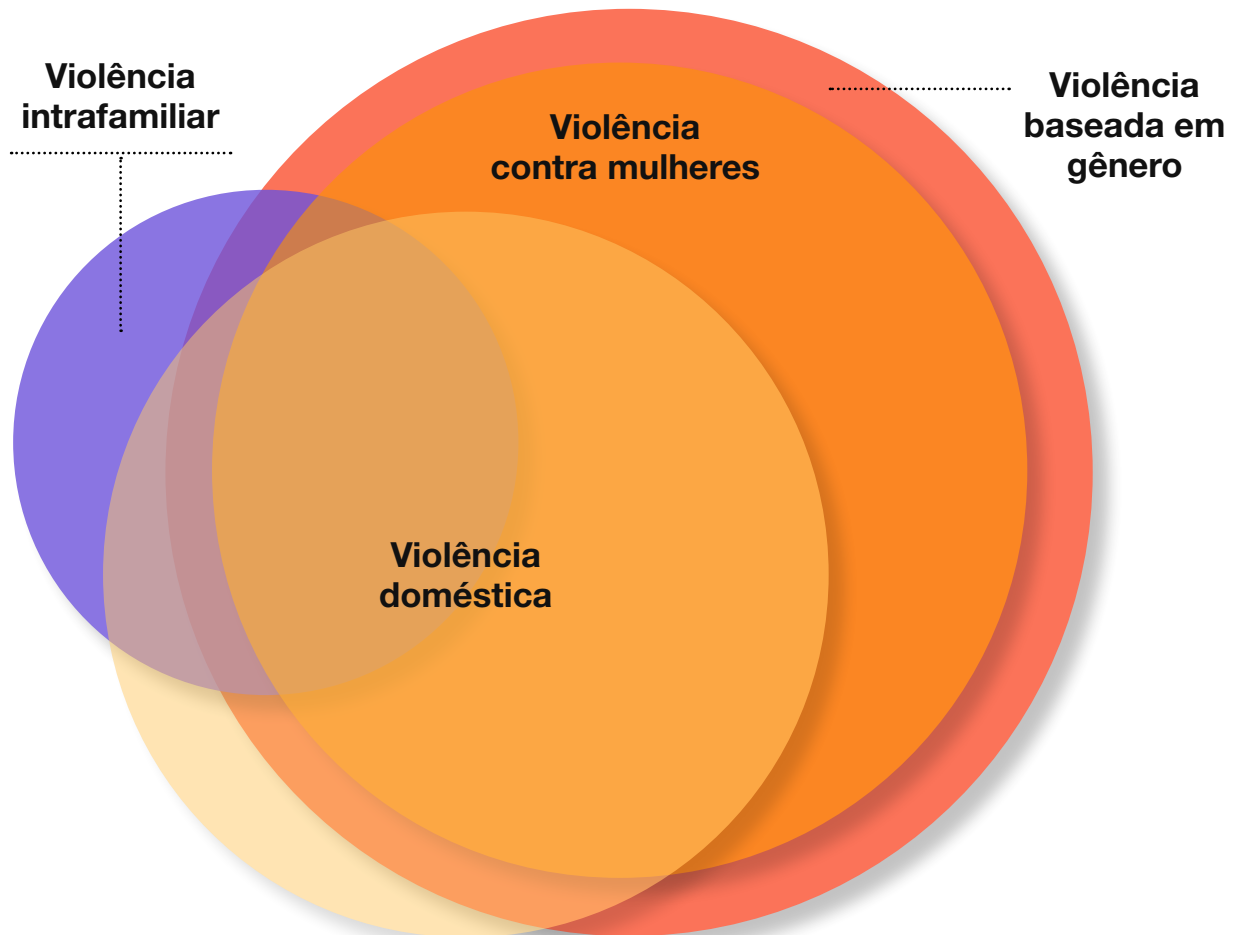
É neste contexto que o conceito de gênero se torna fundamental. Existe um conjunto de crenças e práticas sociais historicamente construídas que influenciam os papéis de gênero exercidos por cada um de nós na sociedade. Essas crenças e expectativas sobre como as pessoas devem agir e se

comportar são a base para a **violência baseada em gênero**.¹ Importante ressaltar que a violência baseada em gênero não afeta somente meninas e mulheres, mas também outros grupos que tendem a ser marginalizados e suscetíveis a essas crenças e preconceitos, como a comunidade LGBTQIA+.

Da mesma forma, a **violência doméstica** também é considerada uma violência baseada em gênero. Embora esse tipo de violência não se limite exclusivamente às mulheres,² elas são frequentemente o foco de atenção por representarem a maioria significativa de vítimas. Segundo a Lei Maria da Penha,³ configura violência doméstica contra a mulher qualquer ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.⁴

Esse tipo de violência pode ocorrer no ambiente doméstico, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação.⁵ Nesse sentido, é importante evidenciar que a violência doméstica não se limita apenas aos casos em que as pessoas residem no mesmo lar. Ela também pode acontecer, por exemplo, em um relacionamento entre namorados que não vivem sob o mesmo teto, mas que compartilham uma vida privada.

Especificamente, a **violência familiar**,⁶ também conhecida como intrafamiliar, envolve atos violentos cometidos dentro de lares por membros da família – como companheiros, pais, mães, irmãos, irmãs, tios e primos – contra mulheres ou parentes de qualquer idade e gênero. É importante considerar esta violência porque ela contribui significativamente para a normalização da violência. Pesquisas indicam que a exposição a esse tipo de violência pode influenciar no desenvolvimento de crianças e jovens, levando, em alguns casos, a comportamentos agressivos no futuro.⁷

Figura 1. Formas de violência baseadas em gênero

Fonte: Elaborado pelo Instituto Igarapé.

A violência contra a mulher é multifacetada e pode ser categorizada em dois tipos principais, com base na intenção e no resultado final do ato violento: violência letal e violência não letal.

A **violência letal** inclui atos de agressão que resultam na morte da vítima.⁸ Essa forma de violência é tristemente comum em diversos contextos, desde situações de violência doméstica até crimes de honra e feminicídios. Além de constituir uma grave violação de direitos humanos, os assassinatos de mulheres costumam representar a fase final de uma sucessão de agressões.⁹

A **violência não letal**, por sua vez, engloba uma ampla gama de comportamentos e ações que causam danos físicos, emocionais ou psicológicos à vítima, sem, no entanto, levar à morte. Pode incluir violências físicas, abusos psicológicos, violências sexuais, morais ou patrimoniais. Embora as consequências imediatas da violência não letal não sejam fatais, elas podem deixar cicatrizes físicas e emocionais profundas e duradouras nas vítimas.

A Lei Maria da Penha tem sido fundamental na conscientização sobre a violência contra a mulher e na garantia de proteção e acesso à justiça para as vítimas desde sua promulgação em 2006. Essa legislação está intrinsecamente ligada aos esforços de ativistas, organizações da sociedade civil e movimentos de mulheres que há décadas lutavam pelos direitos das mulheres vítimas de violência.

Maria da Penha Maia Fernandes, que se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica no Brasil, sofreu agressões físicas de seu marido durante anos e sobreviveu a duas tentativas de homicídio. Sua perseverança em buscar justiça levou seu caso até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, resultando na condenação do Estado brasileiro por omissão e negligência diante da violência contra mulheres.

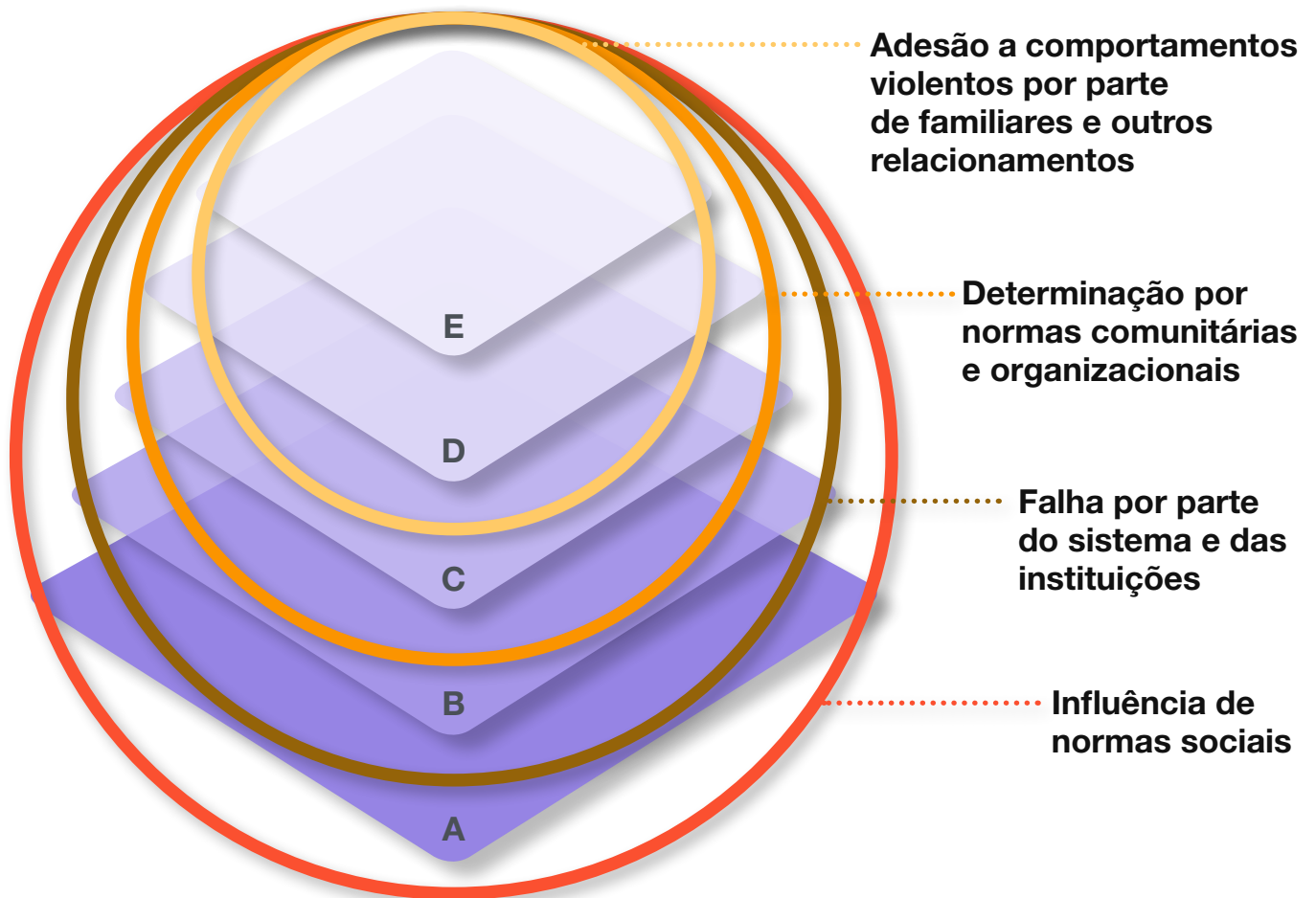
Entre os principais pontos da Lei Maria da Penha estão: a implementação de medidas protetivas, a definição e ampliação das formas de violência, a criação de juizados especializados, o endurecimento das medidas de restrição de liberdade para agressores e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, incluindo a criação de serviços de acolhimento e de assistência social, psicológica e jurídica.

A legislação também estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, reconhecendo as diferentes formas de violência e definindo conceitos para cada uma delas:

- **Violência física:** definida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal de uma mulher (conforme estabelecido no artigo 7º, I).¹⁰
- **Violência psicológica:** definida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (conforme estabelecido no artigo 7º, II).¹¹

- **Violência sexual:** definida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (conforme estabelecido no artigo 7º, III).¹²
- **Violência patrimonial:** definida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (conforme estabelecido no artigo 7º, IV).¹³
- **Violência moral:** entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (conforme estabelecido no artigo 7º, V).¹⁴

Essas violências atuam em diversos níveis e acarretam várias consequências na vida das mulheres, afetando sua saúde mental, autonomia financeira, liberdade de locomoção, entre outros aspectos. Além dessas consequências diretas, tais violências reforçam o sistema de crenças que normaliza a agressão contra mulheres, incluindo meninas menores de 18 anos e mulheres idosas. A figura a seguir ilustra os diferentes tipos de violência contra mulheres e demonstra como, em cada nível, essas violências interagem com o ambiente social.

Figura 2. Interações entre fatores que moldam as diversas formas de violência contra as mulheres

A. Preconceito e discriminação estruturais influenciam papéis e expectativas, impactando atuação na vida pública e na autonomia financeira.

B. Expectativas sociais comunitárias influenciam tipos de profissões e papéis exercidos, bem como acesso a serviço e bens privados.

C. Violências psicológicas e morais reforçam crenças sobre o papel das mulheres na sociedade. Violência patrimonial restringe a autonomia das mulheres.

D. Agressões físicas e sexuais explicitam a falta de autonomia sobre seus corpos no nível individual e impactam seu bem-estar geral.

E. Femicídio: mulheres perdem o direito de viver por serem mulheres.

Fonte: Elaborado pelo Instituto Igarapé com base na [Pirâmide de Violência Machista](#) do Instituto de Estudos sobre Estado e Participação - Saúde (IDEP SALUD).

A figura acima fornece uma representação visual das complexas interações entre fatores externos e adjacentes que moldam as diversas formas de violência contra as mulheres. Essas variáveis estão intrinsecamente relacionadas, contribuindo para a perpetuação de agressões e, eventualmente, adicionando novas camadas de violência à vida das mulheres.

Na base, encontram-se enraizados preconceitos e discriminações estruturais que influenciam significativamente os papéis sociais e de gênero atribuídos a homens e mulheres, bem como nas expectativas associadas a esses papéis. Essas expectativas, moldadas por normas sociais patriarcais amplamente difundidas, internalizadas e aceitas, historicamente determinam a associação do espaço privado ao feminino e do espaço público ao masculino, afetando diretamente as relações sociais, a divisão do trabalho e o acesso a serviços e recursos. Nesse cenário, torna-se central o papel das instituições públicas do Estado na proteção dos direitos e no bem-estar das mulheres.

Adicionando novas camadas de violência à vida das mulheres, encontram-se as violências psicológicas, morais e patrimoniais, todas determinadas por normas comunitárias e organizacionais que reforçam e perpetuam papéis sociais rigidamente definidos. Essas formas de violência restringem suas oportunidades e moldam suas possibilidades de vida, consolidando as normas sociais impostas sobre o papel feminino na sociedade. Especificamente, a violência patrimonial limita a autonomia financeira das mulheres ao controlar seus recursos econômicos e outros bens essenciais para satisfazer suas necessidades básicas.

As agressões físicas e sexuais, por sua vez, evidenciam a forma como a falta de autonomia das mulheres permeia aspectos importantes de suas vidas, refletindo na falta de controle sobre seus próprios corpos e impactando diretamente seu bem-estar geral. Esses comportamentos violentos, enraizados em relações individuais e familiares, muitas vezes desempenham um papel central na eclosão dessas violências, agravados por fatores circundantes, como as normas sociais que delineiam as relações entre homens e mulheres, e entre os espaços público e privado, determinando o que é considerado aceitável com base no gênero. Além disso, a ineficácia das instituições responsáveis por

proteger e melhorar as condições de vida das mulheres, somada às normas comunitárias e organizacionais que incorporam aspectos sexistas, aprofunda ainda mais esse cenário.

O assassinato de mulheres frequentemente representa o estágio final de uma série de agressões, destacando a importância das políticas de prevenção na interrupção desses ciclos de violência que afetam as mulheres ao longo de suas vidas. O feminicídio, classificado como homicídio doloso qualificado, ocorre especificamente quando uma mulher é morta por ser do gênero feminino. Este crime pode envolver violência doméstica e familiar, bem como menosprezo e discriminação baseados no gênero, se destacando como o ápice das dinâmicas de violência acumuladas ao longo do tempo, que acabam por negar a vida das mulheres.

O enfrentamento à violência contra a mulher requer um compromisso contínuo e coordenado por parte dos gestores públicos. Nesse sentido, este guia foi criado para fornecer orientações práticas para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que não apenas previnam essas violências, mas também incorporem aspectos fundamentais das medidas de proteção.

Fatores de risco e proteção

A identificação dos fatores de risco e de proteção relacionados à violência contra as mulheres é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de intervir de maneira eficaz e preventiva. A tabela abaixo apresenta alguns elementos a serem considerados na formulação dessas políticas, ao abordar a violência contra as mulheres. É importante destacar, contudo, que essas relações não são automáticas, ou de causa e efeito, mas sim fatores que podem aumentar os riscos ou mitigar vulnerabilidades.

Embora a violência tenha como origem a desigualdade de gênero, nem todas as mulheres estão igualmente expostas a todos os tipos de violência. Existem **fatores de risco** que aumentam a vulnerabilidade de certas mulheres em comparação com outras. Da mesma forma, existem **fatores de proteção** que, quando fortalecidos, atuam na prevenção da violência.

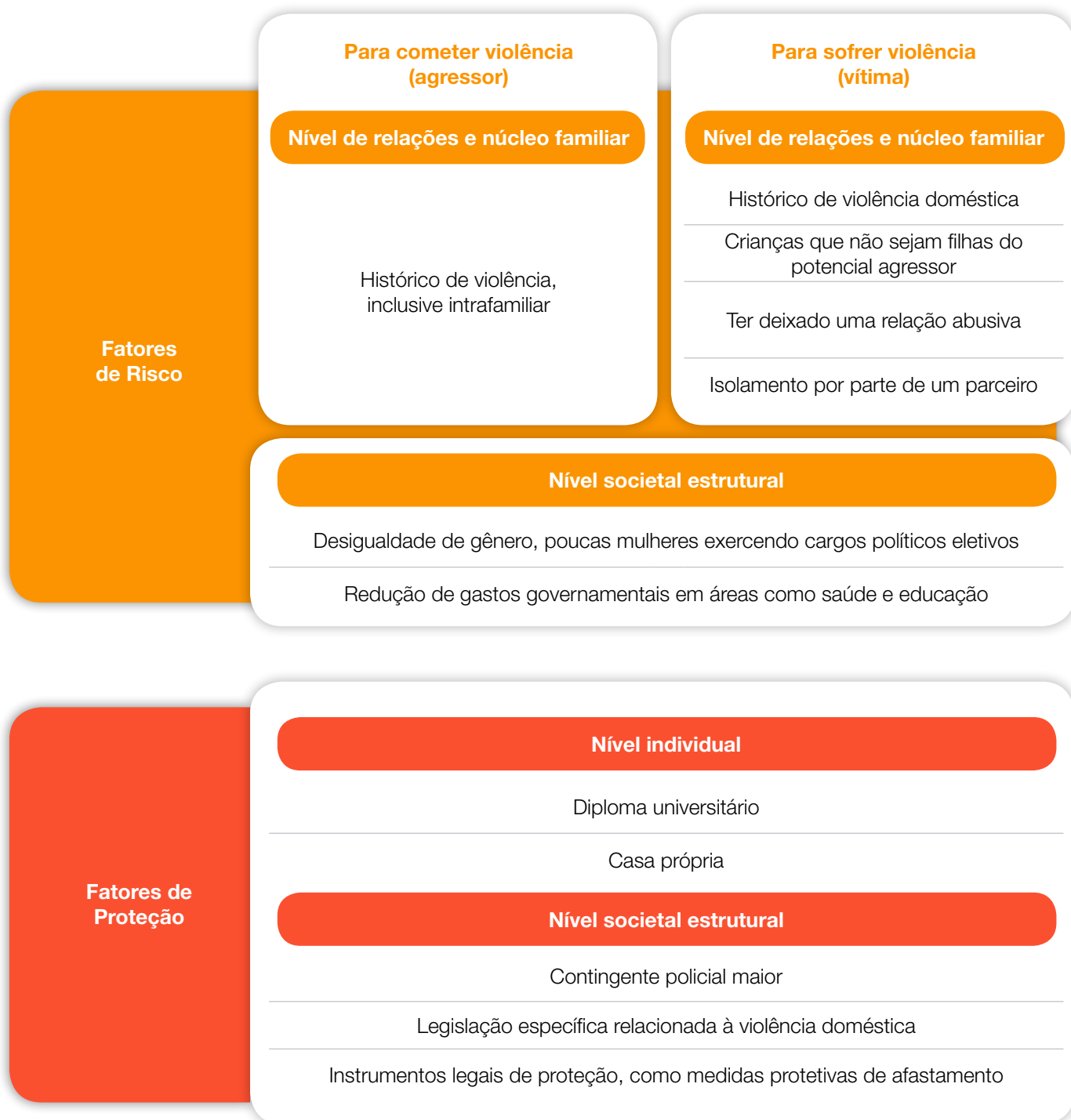
Os fatores de risco contribuem para a criação de um ambiente propício à ocorrência de atos violentos, enquanto os fatores de proteção diminuem a probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos, seja como agressor ou como vítima. Compreender e abordar esses fatores é fundamental para elaborar estratégias eficazes de prevenção, visando criar ambientes mais seguros e menos vulneráveis.

- **Fator de risco:** é uma característica, condição ou circunstância que aumenta a probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos, seja como agressor ou como vítima. Esses fatores podem contribuir para a criação de um ambiente vulnerável e propício à ocorrência de atos violentos.
- **Fator de proteção:** é uma característica, condição ou circunstância que reduz a probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos, seja como agressor ou como vítima. Esses fatores de proteção, que podem ser de natureza individual, social, econômica, cultural ou ambiental, servem como recursos que fortalecem indivíduos e comunidades, diminuindo sua vulnerabilidade a situações adversas.

O quadro apresentado na tabela a seguir foi desenvolvido com base em estudos sobre o tema, visando identificar potenciais vulnerabilidades ou condições que aumentam a probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos, chamados de fatores de risco. Além disso, a ilustração busca auxiliar no desenvolvimento de estratégias de prevenção mais eficazes por meio da identificação de fatores de proteção. É importante destacar que os elementos identificados não são exaustivos nem determinantes (de causa e efeito) para a ocorrência de violência. Eles são indicativos valiosos, baseados em estudos e evidências que orientam a formulação de políticas públicas eficientes e eficazes.

Tabela 1. Fatores de risco e proteção

Fatores de Risco	Para cometer violência (agressor)	Para sofrer violência (vítima)
	<p>Nível individual</p> <p>Desemprego</p> <hr/> <p>Posse de arma</p> <hr/> <p>Uso abusivo de álcool ou de substâncias ilícitas</p> <hr/> <p>Problemas relacionados à saúde mental</p>	<p>Nível individual</p> <p>Gravidez</p> <hr/> <p>Certos grupos étnicos e raciais marginalizados, a exemplo de mulheres negras e indígenas em diversas sociedades latinoamericanas</p> <hr/> <p>Idade: meninas menores de 18 anos e mulheres idosas</p>



Fonte: Elaborado pelo Instituto Igarapé com base na publicação [“Understanding and addressing violence against women”](#),¹⁵ da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os fatores de risco foram subdivididos em duas categorias: aqueles que afetam as vítimas e os que estão relacionados aos agressores. Além disso, foram organizados em três níveis de análise: individual, relacional e societal estrutural. No nível individual, consideram-se as circunstâncias específicas que aumentam as chances de uma pessoa se tornar agressora ou vítima. No contexto relacional e familiar, são examinadas as condições que influenciam os indivíduos a desempenharem esses papéis, baseadas em suas interações interpessoais. No nível societal estrutural, questões que moldam essas dinâmicas de violência são exploradas, levando em conta normas sociais enraizadas e instituições estabelecidas na sociedade.

Quanto aos fatores de risco, estudos apontam variáveis que aumentam a probabilidade de ocorrência de violência. Individualmente, estar desempregado, possuir armas de fogo, consumir substâncias ilícitas ou álcool e ter problemas de saúde mental são identificados como fatores de risco para agressores. Para as vítimas, ser gestante, pertencer a grupos étnicos ou raciais marginalizados e estar nas extremidades da faixa etária – sejam menores de idade ou mulheres idosas – são considerados fatores de risco para sofrer violência de gênero.

No contexto das relações e do núcleo familiar, ter um histórico de violência ou agressividade é um fator de risco para que o indivíduo se torne agressor. Para as vítimas, os riscos incluem ter sido vítima de violência doméstica anteriormente, ter filhos de relacionamentos anteriores, ter vivenciado relações abusivas no passado e enfrentar isolamento social imposto pelo parceiro.

No nível societal estrutural, os fatores de risco são compartilhados por agressores e vítimas e refletem desafios estruturais que a sociedade deve enfrentar. Entre eles, a desigualdade de gênero que perpetua papéis de gênero rígidos e limitados, e a redução de investimentos governamentais em áreas como saúde e educação, o que dificulta a implementação de políticas de conscientização e prevenção.

Quanto aos fatores de proteção, estudos demonstram que existem características ou circunstâncias que podem reduzir a probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos, tanto por agressores quanto por vítimas. Individualmente, ter um diploma universitário e possuir moradia própria são considerados fatores de proteção. No âmbito societal estrutural, fatores como presença policial nas ruas, legislação específica para combater a violência doméstica e instrumentos legais de proteção, incluindo medidas protetivas contra os agressores, são essenciais.

Políticas públicas para prevenção da violência contra a mulher

Compreender os diferentes tipos de violência contra a mulher, assim como os fatores de risco e de proteção envolvidos, é fundamental para o avanço na formulação de políticas públicas que atuem tanto na prevenção quanto na proteção contra essa violência.

O relatório "Enfrentamento da Violência Contra Mulheres",¹⁶ desenvolvido pelo Instituto Igarapé e publicado em novembro de 2023, realiza uma análise criteriosa das iniciativas e políticas públicas já implementadas para combater a violência contra as mulheres. A combinação deste relatório com o presente Guia pode fornecer informações relevantes para o processo de formulação e implementação de programas e políticas mais eficazes.

Ao examinar 99 políticas, intervenções e iniciativas desenvolvidas por organizações respeitadas, como o Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (JPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e a ONU Mulheres, o relatório identificou diferentes abordagens para lidar com esse problema. Essas abordagens foram categorizadas em prevenção e proteção, visando promover a igualdade de gênero antes da ocorrência da violência e oferecer apoio às vítimas após o incidente.

A análise detalhada das políticas existentes facilita o direcionamento dos esforços para o desenvolvimento de novas estratégias que abordem de maneira eficaz as causas subjacentes da violência contra a mulher e que proporcionem uma resposta eficiente e compassiva às vítimas.

Tabela 2: Tipos de iniciativas identificadas no processo de avaliação

	Tipos	Descrição	Subtipo
Prevenção	Prevenção da violência intrafamiliar	Esse tipo de iniciativa se baseia na premissa de que a violência no núcleo familiar pode contribuir para a normalização da violência e influenciar a incidência de violência futura.	<ul style="list-style-type: none"> • Focada em habilidades cognitivas comportamentais (manejo da raiva, resolução de conflitos) • Focada em habilidades parentais (ambientes familiares harmoniosos e amorosos)
Prevenção	Empoderamento feminino	Esse tipo de iniciativa visa prevenir a violência contra mulheres através do empoderamento em uma ou mais das suas dimensões, exceto a econômica.	<ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento social (seja através do esporte ou da auto-defesa, no caso específico das iniciativas avaliadas) • Liderança e participação política
Prevenção	Autonomia financeira	Esse tipo de iniciativa é focada em prevenir a violência contra mulheres através da promoção da autonomia econômica ou financeira (dimensão econômica do empoderamento).	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a recursos financeiros • Treinamento e capacitação • Ocupação profissional
Prevenção	Focadas em mudanças de normas de gênero	Esse tipo de iniciativa busca ampliar os papéis tradicionais de gênero e desconstruem masculinidades violentas.	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de comunicação (conscientização sobre papéis de gênero) • Treinamentos e capacitações (relacionados aos direitos de mulheres, violência contra mulheres e papéis de gênero) • Habilidades cognitivas comportamentais (para pôr fim à masculinidades violentas)
Proteção/ Prevenção	Focadas em facilitadores	Esse tipo de iniciativa foca em alguns fatores de risco, como o uso abusivo de substâncias ilícitas e do álcool. Também inclui medidas para restringir a circulação de armas, um dos principais instrumentos utilizados para assassinar mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do consumo de álcool e substâncias ilícitas (drogas) • Redução do acesso à armas
Proteção	Focadas em pessoas	Esse tipo de iniciativa tem como alvo autores e sobreviventes da violência. No caso dos sobreviventes, as avaliações analisadas nesta pesquisa se concentraram somente no acesso a serviços especializados. As iniciativas voltadas para os agressores visam impedir a reincidência de atos de violência contra mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> • Sobreviventes - acesso a serviços (relacionados ao acolhimento após a violência) • Agressores - habilidades cognitivas comportamentais (visando desconstruir masculinidades violentas e aperfeiçoar habilidades de manejo de raiva e resolução de conflitos) • Agressores - punições (são aquelas relacionadas a punições legais, como prisões)

	Tipos	Descrição	Subtipo
Proteção/ prevenção	Focada em instituições	Este tipo de iniciativa tem como objetivo aperfeiçoar as respostas das diversas instituições da rede de proteção de mulheres. Inclui também medidas de prevenção, como a formulação de instrumentos legais que criminalizam comportamentos violentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento jurídico especializado • Centros de proteção integral • Marco legal (formulação/aperfeiçoamento de legislações). • Polícia (protocolos de atuação, abordagem, delegacias especializadas, etc) • Setor de saúde (atendimento e identificação de novos casos)
Prevenção	Focada em espaços públicos	Este tipo de iniciativa visa os fatores de risco relacionados ao espaço público, como infraestrutura de transporte, iluminação, desenho urbano, etc.	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte público (em especial espaços exclusivos para mulheres) • Desenho urbano
Prevenção/ proteção	Programas multidimensionais	Este tipo de iniciativa visa incluir políticas públicas multissetoriais focadas em diversos aspectos relacionados à proteção e prevenção da violência contra as mulheres.	

Fonte: Instituto Igarapé (2023). [Enfrentamento da Violência contra mulheres](#). Pg. 5.

Observa-se que não existe uma única intervenção capaz de resolver completamente o problema da violência contra mulheres. A combinação de diferentes tipos de iniciativas ao longo de um período prolongado tem demonstrado ser mais eficaz. Da mesma forma, é essencial fortalecer os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco. O quadro abaixo ilustra o nível de eficácia das intervenções, conforme o tipo e as circunstâncias.

Tabela 3: Nível de eficácia das intervenções por tipo

Tipo de intervenção	Principais impactos	Grau de eficácia	Condicionantes
Autonomia financeira	Autonomia econômica e empoderamento.	Médio-Alto	Intervenções que incluem transferências monetárias são mais eficazes.
Prevenção da violência intrafamiliar	Comportamentos agressivos.	Alto	Intervenções focadas no bem-estar de crianças e jovens foram as mais bem-sucedidas.
Empoderamento feminino	Empoderamento.	Médio-Alto	Em algumas culturas fortemente patriarcais, as iniciativas de empoderamento enfrentam barreiras adicionais, em particular no âmbito doméstico. Na esfera pública, as experiências foram bem sucedidas, mas não conseguiram impactar o poder de decisão de mulheres dentro de seus próprios lares.

Tipo de intervenção	Principais impactos	Grau de eficácia	Condicionantes
Mudanças de normas de gênero	Autonomia econômica, mudanças de normas de gênero e incidência da violência.	Alto	Intervenções que focaram em capacitar sobre os direitos humanos de mulheres, violência contra mulheres e igualdade de gênero tiveram maior sucesso.
Focada em agressores	Redução da violência.	Média	Intervenções focadas em habilidades cognitivas para manejo da raiva foram as mais bem-sucedidas. A duração da intervenção também influenciou o seu impacto.
Focada em sobreviventes	Redução da violência e bem estar geral.	Alta	Intervenções que focaram em grupos de risco, como mulheres economicamente vulneráveis e grávidas, foram as que tiveram maior impacto positivo.
Focada em instituições	Redução da violência, identificação de novos casos e acesso a serviços especializados.	Médio	Intervenções focadas na elaboração de marcos normativos sobre a violência e criação de centros de atenção integral foram as mais bem-sucedidas.
Focadas em facilitadores	Redução da violência.	Alto	Apesar da alta incidência, não atuam no cerne da violência, mas nos facilitadores. Por isso, devem ser acompanhadas por outras intervenções mais abrangentes.
Focadas no espaço público	Redução da violência e mudanças em normas de gênero.	Médio-baixo	As avaliações robustas desse tipo de intervenção focam na separação de homens e mulheres em transportes públicos, em especial trens e metrô. Tais intervenções, contudo, podem gerar efeitos colaterais, como o aumento da violência em áreas não exclusivas.
Programas multidimensionais	Acesso a serviços especializados e empoderamento em todas as suas dimensões.	Médio	O principal desafio deste tipo de intervenção é sua efetiva implementação, dadas suas múltiplas dimensões, os recursos limitados e a longa duração.

Fonte: Instituto Igarapé (2023). [Enfrentamento da violência contra mulheres](#). Pg. 25.

A maioria das iniciativas avaliadas, ou seja, 61 das 99 analisadas, é voltada para a prevenção. Dessas, 29 avaliações foram classificadas como de alto nível de robustez, e 11 delas concluíram que os programas apresentavam alto grau de eficácia.¹⁷ Essas iniciativas abordam diferentes tipos de intervenção e podem servir como modelos para implementação em outros países, adaptadas às características locais.

A seguir, apresentamos exemplos práticos de políticas públicas desenvolvidas e implementadas que foram consideradas altamente eficazes:

Promoção da autonomia financeira

Em geral, as iniciativas que promovem a autonomia financeira das mulheres não medem diretamente o impacto na incidência da violência. O foco dessas políticas está nos fatores que contribuem para a prevenção, reconhecendo que mulheres financeiramente independentes têm menor probabilidade de entrar ou permanecer em relações abusivas.

Esses programas se dividem em três formatos principais:

- I. Acesso a recursos financeiros.
- II. Treinamento e capacitação.
- III. Inserção no mercado de trabalho.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de programas focados no acesso a recursos financeiros e na inserção no mercado de trabalho.



Women's Income Generating Support, WINGS (Uganda)¹⁸

O programa Women's Income Generating Support (Apoio à Geração de Renda das Mulheres), criado pela organização internacional AVSI Uganda, é uma iniciativa que visa combater a desigualdade de gênero e fomentar o desempenho econômico das mulheres por meio de três componentes principais: um curso breve em habilidades empresariais; um subsídio inicial para negócios no valor aproximado de US\$150; e acompanhamento regular por agentes comunitários treinados. Além desses componentes principais, o programa oferece opções adicionais, como a formação de grupos, treinamento e autoajuda, bem como o incentivo às ações de inclusão, treinamento e apoio aos cônjuges das participantes.

O programa promove um curso de habilidades empresariais, com duração de cerca de cinco dias, que aborda os fundamentos necessários para o planejamento, início e gerenciamento de atividades comerciais simples. Adaptado para atender participantes analfabetas – o principal público-alvo da iniciativa local – o currículo é ministrado por profissionais experientes da AVSI, que auxiliam na elaboração de planos de negócios. Após a aprovação, as participantes recebem o subsídio inicial de US\$150, que pode ser pago integralmente ou em parcelas.

O acompanhamento posterior do programa, realizado em três visitas, tanto individuais quanto em grupos, busca assegurar o sucesso das empreendedoras iniciantes em níveis interpessoais e comerciais. Os agentes da AVSI oferecem acompanhamento direto durante os primeiros ciclos de negócio, orientando sobre desafios de mercado e práticas comerciais eficazes.



Embora não faça parte do programa principal, a AVSI também promove a formação de redes de apoio empresarial entre as mulheres participantes, estimulando o compartilhamento de informações e práticas de negócios entre empreendedoras da mesma comunidade. Além disso, a participação das famílias é incentivada, reconhecendo a importância do apoio familiar para o sucesso das empreendedoras.

Os resultados do programa indicaram aumentos significativos na renda e na economia das participantes, além de uma redução na pobreza. De forma geral, as mulheres foram encorajadas pela AVSI a usar o capital recebido para iniciar atividades no comércio varejista, enquanto mantinham suas atividades agrícolas e outras tarefas diversas. Um ano após a intervenção, os ganhos mensais dobraram de 16.500 xelins ugandeses (UGX) para 31.300 (de U\$6,60 para U\$12,52). As economias em dinheiro triplicaram e os gastos de curto prazo e ativos duráveis aumentaram de 30% a 50% em relação ao grupo de controle. Embora as mudanças absolutas possam parecer modestas, elas representam avanços significativos se considerarmos a situação inicial dessas mulheres. Os ganhos foram particularmente impactantes para aquelas com os menores níveis de capital inicial e acesso limitado ao crédito.

Entretanto, destaca-se a necessidade de maior eficácia e eficiência nos programas de combate à pobreza e empoderamento feminino. O Women's Income Generating Support se mostrou altamente eficaz no aumento da renda e economia das participantes, no entanto, não foram observadas mudanças significativas no empoderamento das mulheres, no status social ou na incidência de violência doméstica. Estes resultados sublinham a complexidade das relações entre sucesso econômico, empoderamento feminino e redução da violência doméstica.



Empowerment of Adolescent Girls and Young Women, EPAG (Libéria)¹⁹

O projeto Empowerment of Adolescent Girls and Young Women, EPAG (Empoderamento de Adolescentes e Jovens Mulheres) foi lançado em 2010 pelo Ministério de Gênero e Desenvolvimento da Libéria, com o propósito de impulsionar o emprego e a renda de 2.500 jovens liberianas. Este programa faz parte da Adolescent Girls Initiative - AGI (Iniciativa para Meninas Adolescentes), uma colaboração entre o Banco Mundial, a Fundação Nike e os governos da Austrália, Reino Unido, Noruega, Dinamarca e Suécia. O EPAG oferece treinamento em habilidades de subsistência e de vida, visando facilitar a inserção bem-sucedida das participantes no mercado de trabalho. A proposta inclui uma fase de treinamento em sala de aula de seis meses, seguida por uma fase de colocação e apoio de igual duração, durante a qual as trainees recebem ajuda no processo de transição para o trabalho autônomo ou emprego remunerado.



Dados coletados em duas pesquisas quantitativas realizadas em 2010 e 2011 – a última seis meses após o término da fase de treinamento em sala de aula – indicaram um aumento de 47% no emprego e de 80% nos ganhos das participantes em comparação com um grupo de controle. A avaliação de impacto também destacou melhorias em medidas de empoderamento, como acesso a recursos financeiros, autoconfiança e redução da ansiedade em relação ao futuro. Embora não tenha sido detectado um impacto direto na taxa de fecundidade ou comportamento sexual, houve avanços na segurança alimentar e mudança de atitudes em relação às normas de gênero no âmbito doméstico. Portanto, destaca-se que os programas de capacitação desempenham um papel fundamental na promoção da posição das mulheres no mercado de trabalho e no fortalecimento do seu empoderamento.

Os resultados positivos foram corroborados por feedbacks favoráveis recebidos em discussões em grupo com as participantes do programa. Uma análise preliminar de custo-benefício indicou que o investimento no treinamento em desenvolvimento de negócios do EPAG equivalia ao valor de três anos de aumento de renda para as beneficiárias. Esses achados forneceram uma base sólida para investimentos e pesquisas adicionais em programas de subsistência para jovens mulheres na Libéria, servindo também de modelo para iniciativas semelhantes em outros países, incluindo Ruanda, Sudão do Sul, Nepal, Afeganistão, Haiti, Jordânia e Laos.

Mudança nas normas sociais de gênero

Iniciativas deste tipo focam em ampliar os papéis tradicionais de gênero e desconstruir masculinidades violentas. Elas são desenvolvidas de três maneiras principais:

- Campanhas de comunicação visam conscientizar sobre os papéis de gênero.
- Treinamentos e capacitações relacionados aos direitos das mulheres, violência contra as mulheres e papéis de gênero.
- Desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais para combater masculinidades violentas e comportamentos agressivos.

A seguir, exploramos como essas abordagens foram implementadas na prática pela iniciativa Empowerment and Livelihood for Adolescents (Empoderamento e Sustento para Adolescentes), de Uganda.



Empowerment and Livelihood for Adolescents, ELA (Uganda)²⁰

O programa Empowerment and Livelihood for Adolescents, ELA (Empoderamento e Sustento para Adolescentes), focado na redução da desigualdade de gênero e no aprimoramento do desempenho econômico de adolescentes mulheres em Uganda, é uma iniciativa da ONG BRAC, de Bangladesh. O programa oferece sessões de mentoria e treinamento em habilidades de vida, incluindo informações sobre casamento, saúde sexual e reprodutiva, assim como treinamento vocacional, alfabetização financeira e empreendedorismo, com o objetivo de reduzir as restrições enfrentadas pelas participantes.

Os chamados clubes ELA foram estabelecidos entre junho e setembro de 2008, com pesquisas intermediárias de março a junho de 2010 e as pesquisas finais de maio a julho de 2012. Em Uganda, o programa aumentou a probabilidade de as adolescentes ganharem o seu próprio sustento, diminuiu significativamente as taxas de gravidez na adolescência e de casamentos precoces. Quatro anos após a intervenção, as participantes tinham 4,9% mais chances de se envolver em atividades de geração de renda, um aumento de 48% em relação aos níveis iniciais, impacto quase inteiramente impulsionado pelo maior engajamento em trabalhos autônomos. Além disso, a incidência de gravidez na adolescência caiu em um terço e o número de casamentos, assim como a coabitação precoce, também diminuíram. Houve ainda uma surpreendente redução de quase um terço na proporção de meninas que relataram ter feito sexo contra sua vontade. Por outro lado, as idades desejadas para casar e iniciar a maternidade aumentaram.

O programa foi avaliado em 100 localidades, com 50 servindo como controle. As pesquisas abordaram três temas específicos: treinamento profissional, habilidades para sustento e empoderamento econômico e social. O estudo de controle randomizado revelou que o programa multifacetado que fornece transferência de habilidades é uma intervenção política viável e econômica para melhorar o empoderamento econômico e social de adolescentes ao longo de quatro anos. Assim, o ELA contribuiu para a mudança nas normas sociais relacionadas ao gênero, aumentando a autonomia econômica das mulheres, seu empoderamento e bem-estar geral, incluindo a saúde mental. Este modelo já foi replicado na Libéria, Serra Leoa, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda, demonstrando sua capacidade de expansão.

Prevenção da violência intrafamiliar e doméstica

Essa abordagem parte do pressuposto de que a violência no ambiente familiar pode contribuir para a normalização do comportamento violento e perpetuar a incidência de violências no futuro. Essas iniciativas podem ser desenvolvidas com dois enfoques distintos:

- Habilidades cognitivo-comportamentais que envolvem práticas de manejo da raiva e resolução de conflitos.
- Habilidades parentais para promover ambientes familiares harmoniosos.

Abaixo, apresentamos iniciativas cujo objetivo central é promover o bem-estar de crianças e jovens, prevenindo assim a violência intrafamiliar.



Promoting Alternative Thinking Strategies, PATHS (Suíça)²¹

O programa Promoting Alternative Thinking Strategies, PATHS (Promovendo Estratégias de Pensamento Alternativas) é uma iniciativa escolar voltada para fortalecer a resiliência das crianças, reduzir problemas de saúde mental e promover competências sociais, especialmente em relação aos distúrbios de comportamento infantil. Ele parte do princípio de que o desenvolvimento social abrangente pode contribuir para a redução de fatores de risco conhecidos como indutores de comportamentos agressivos, como dificuldades sociais, cognitivas e emocionais.

Com duração de um ano, o programa consiste em 46 sessões semanais, cada uma com duração de 67 minutos. Ele aborda uma variedade de temas, como resolução de problemas, habilidades sociais, autocontrole emocional, compreensão de regras, empatia e autoestima positiva. Os professores responsáveis pela implementação do PATHS recebem capacitação e são supervisionados durante todo o curso, com discussões regulares das lições e feedback fornecido pelos supervisores. Além disso, o programa oferece boletins informativos periódicos para promover um senso de coesão entre os professores.

O programa de prevenção foi realizado em 28 das 56 escolas de ensino fundamental na Suíça, alcançando um total de 1.675 crianças. Uma avaliação baseada em pesquisas realizadas pelos professores antes, logo após e dois anos depois da intervenção mostrou que o programa teve efeitos positivos nas crianças para a redução de comportamentos agressivos associados às masculinidades violentas. Houve uma redução significativa nos índices de impulsividade, déficit de atenção e agressividade, mesmo levando em consideração o perfil demográfico e as características iniciais das crianças.



Safe Dates (Estados Unidos)²²

O projeto Safe Dates (Encontros Seguros) destaca-se como um programa preventivo destinado a estudantes do ensino médio e fundamental, com o objetivo de interromper ou prevenir a perpetração e a vitimização da violência doméstica em relacionamentos afetivos juvenis. Pode ser implementado de forma independente ou integrado a diversos currículos, como os de educação em saúde, educação familiar ou habilidades para a vida. Dada a correlação frequente entre a violência em relacionamentos afetivos e o uso de substâncias, o projeto se integra aos programas de prevenção ao abuso de drogas e álcool, assim como à prevenção da violência em geral.

O programa aborda uma variedade de aspectos, desde a mudança das normas sociais dos adolescentes sobre violência em relacionamentos amorosos e papéis de gênero até o desenvolvimento de habilidades de resolução de conflitos e o acesso a recursos comunitários para aqueles afetados pela violência em relações afetivas que não envolvem coabitação – sejam agressores ou vítimas. O programa contempla em seu escopo o abuso psicológico, físico e sexual que pode ocorrer entre jovens. Com esse propósito, o Safe Dates depende de atividades de prevenção primária e secundária para influenciar mudanças comportamentais prejudiciais em adolescentes. Enquanto a prevenção primária visa evitar o início da perpetração da violência no relacionamento afetivo, a prevenção secundária visa interromper a vitimização e a agressão violenta, tanto por meio de atividades escolares quanto comunitárias.

O programa do Safe Dates é composto por nove sessões, uma peça de teatro e um concurso de pôsteres entre os alunos. Ele aborda desde a definição de tratamentos aceitáveis em relacionamentos até estratégias para lidar com situações de abuso, superação de estereótipos de gênero, comunicação eficaz e prevenção ao assédio sexual. Além disso, o programa envolve ativamente os membros da família, fornecendo-lhes informações e recursos aos adolescentes para lidar com o abuso, e incentiva a colaboração entre escolas e comunidades locais para apoiar os jovens afetados.

Para avaliar os resultados de suas atividades, o Safe Dates realiza um ensaio clínico randomizado. Resultados anteriores sugeriram que, um mês após a intervenção, o programa preveniu e reduziu a violência em relacionamentos e promoveu mudanças positivas nas variáveis mediadoras cognitivas baseadas no conteúdo do programa. No entanto, um ano após a intervenção, os efeitos comportamentais desapareceram, embora os efeitos dos fatores de risco cognitivos tenham sido mantidos.

Três anos após a implementação do Safe Dates, um reforço foi aplicado à metade aleatória do grupo de tratamento original de adolescentes. Este estudo determinou os efeitos pós-intervenção de quatro anos do Safe Dates na violência e os efeitos do reforço. Embora o reforço não tenha resultado em melhorias adicionais na eficácia do Safe Dates, os adolescentes que participaram do programa relataram significativamente menos perpetração e vitimização de violências físicas, incluindo violência física grave e violência sexual quatro anos após sua implementação, em comparação com os grupos de controle.



Schools and Homes in Partnership Program, SHIP (Estados Unidos)²³

O Programa Schools and Homes in Partnership, SHIP (Escolas e Lares em Parceria) é uma intervenção de dois anos com o objetivo de reduzir problemas de conduta entre crianças dos primeiros anos do ensino fundamental. O programa selecionou participantes com comportamentos agressivos e dificuldades de leitura, dando prioridade à inclusão de crianças hispânicas, em reconhecimento à importância da diversidade cultural. Isso implica adaptar as intervenções para atender às necessidades específicas dessas comunidades, inclusive oferecendo materiais e avaliações em espanhol, visando ser igualmente eficaz para crianças hispânicas e de origem europeia-americana na redução de comportamentos problemáticos.

Baseado em uma ampla pesquisa, o programa se concentra em três estratégias: capacitação para os pais, intervenção sociocomportamental e instrução acadêmica. Essa abordagem integrada e culturalmente sensível busca prevenir problemas de comportamento ao englobar intervenções em casa, na escola e na comunidade, com o objetivo de obter resultados positivos a longo prazo.

O treinamento de pais se mostra eficaz na redução de problemas de comportamento que impactam especialmente os ambientes domésticos. O treinamento prevê a realização de 12 a 16 sessões semanais de cerca de duas horas, com grupos de 5 a 14 pessoas, utilizando vídeos sobre diversos temas educacionais, incluindo interação com os filhos, elogios, recompensas e estabelecimento de limites.

Já o foco da intervenção sociocomportamental é a mudança de comportamentos sociais e cognitivos associados ao comportamento agressivo, fornecendo às crianças habilidades alternativas para lidar com situações sociais desafiadoras. Durante 20 sessões semanais de duas horas, são utilizadas técnicas de resolução de problemas e modelos de comportamento cognitivo e social apropriados, com oportunidades de prática. Vídeos com fantoches são apresentados para explicar comportamentos adequados a grupos de 4 a 10 crianças. Além disso, as práticas são complementadas com recompensas pelo bom comportamento em sala de aula, durante um período de 30 dias. Essa abordagem, embora eficaz, é complementar a outras estratégias na busca de melhores resultados.

A terceira estratégia, de instrução acadêmica, é focada sobretudo no desenvolvimento da habilidade de leitura entre alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, com o acréscimo de no mínimo 30 minutos de instrução diária ao longo de cinco meses no primeiro ano e nove meses no segundo ano. Utilizando estudos de referência, a iniciativa acredita que o domínio da leitura está diretamente relacionado ao sucesso acadêmico posterior e ao comportamento agressivo dos alunos em sala de aula.



Para avaliar a eficácia do programa, 285 famílias de três comunidades distintas foram selecionadas aleatoriamente, sendo que 116 crianças eram de origem europeia-americana e 168 hispânicas, todas com comportamentos agressivos e dificuldades de leitura. Metade das famílias (141) foi atendida pelo SHIP e a outra metade (143) serviu como grupo de controle. As avaliações foram realizadas em diferentes momentos, desde antes da intervenção, ao final do primeiro ano, no final do segundo ano (após a intervenção) e um ano após o término da intervenção. As taxas de acompanhamento foram de 100%, 91,2%, 87,3% e 86,3%, respectivamente.

O ensaio controlado randomizado demonstrou a eficácia do programa em reduzir comportamentos violentos associados a estereótipos de masculinidade violenta. Os resultados indicaram uma diminuição de 31% nos comportamentos agressivos das crianças ao final de sua participação no programa.

Redução de facilitadores (fatores de risco)

Os programas centrados em facilitadores atuam em fatores de risco, como a redução do uso abusivo de substâncias ilícitas e álcool, além de medidas para restringir a circulação de armas, um dos principais métodos utilizados para assassinar mulheres. Uma iniciativa voltada à redução do consumo de álcool que demonstrou alto grau de robustez e eficácia é a Abordagem de Tratamento de Elementos Comuns, implementada na Zâmbia. No entanto, é importante notar que essa intervenção deve ser complementada com outras ações para amplificar o impacto na redução da violência, uma vez que se trata de uma medida voltada para fatores de risco.



Common Elements Treatment Approach, CETA (Zâmbia)²⁴

A Common Elements Treatment Approach, CETA (Abordagem de Tratamento de Elementos Comuns) é um programa destinado a prevenir a violência de gênero, especialmente no âmbito doméstico, e o abuso de álcool pelos agressores, na Zâmbia. Ele combina tratamentos para uma variedade de questões de saúde mental em um único modelo que permite a expansão e a sustentabilidade em ambientes de baixa e média renda.

Seus componentes principais incluem: (i) tratamento do abuso de substâncias, (ii) promoção da criação de filhos de forma positiva, (iii) estímulo a relações familiares saudáveis (iv) abordagem de atitudes e crenças sobre a violência, (v) atenção a problemas de saúde mental e (vi) redução de experiências traumáticas por meio de atividades de educação, gestão de conflitos, habilidades de comunicação, engajamento e mudança de comportamento cognitivo.



Essas intervenções são realizadas em formato de grupo, com sessões que incluem aproximadamente seis participantes em cada uma. São organizados grupos separados para homens, mulheres e crianças, e as sessões têm duração de 10 a 14 semanas, ocorrendo uma vez por semana, com duração de uma a duas horas.

Os resultados de uma avaliação de impacto realizada 12 meses após o término do programa mostraram que o CETA contribuiu significativamente para a redução da violência. O estudo foi realizado com um desenho experimental, envolvendo uma amostra de 123 casais designados para o grupo de tratamento (participantes do programa CETA) e 125 para o grupo de controle (participantes do tratamento usual mais verificações de segurança, conhecido como TAU-Plus). Mulheres que receberam a intervenção tiveram uma redução significativa nos episódios de violência doméstica em comparação com o grupo de controle, que recebeu o tratamento habitual. Esse achado foi respaldado por uma redução média de episódios de violência doméstica de -8,2 (IC 95%: -14,9 a -1,5; $p = 0,02$). Além disso, foram observadas reduções estatisticamente significativas entre os homens que participaram do programa em comparação com aqueles que receberam o tratamento habitual, com uma redução de -4,5 (IC 95%: -6,9 a -2,2).

Aperfeiçoamento institucional das redes de proteção às mulheres

Os programas focados em instituições têm como objetivo aperfeiçoar as respostas de diferentes entidades da rede de proteção de mulheres, incluindo também medidas de prevenção, como a elaboração de instrumentos legais que criminalizam comportamentos violentos. Entre os tipos possíveis, incluem-se:

- Atendimento jurídico especializado.
- Centros de proteção integral.
- Marco legal, com a formulação e aperfeiçoamento de legislações.
- Polícias com protocolos de atuação, abordagens e delegacias especializadas.
- Atendimento de saúde e identificação de novos casos.

Abaixo, apresentamos o Projeto Cidade Mulher, um centro de proteção integral localizado em El Salvador.



Proyecto Ciudad Mujer (El Salvador)²⁵

O Projeto Ciudad Mujer (Cidade Mulher), liderado pelo governo de El Salvador em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e coordenado pela Secretaria de Inclusão Social (SIS), é um programa focado em melhorar as condições de vida das mulheres salvadorenhas por meio da oferta de serviços essenciais em centros de atendimento integral. Este modelo inovador de equipamentos públicos busca promover a igualdade de gênero ao enfrentar desafios como a desigualdade econômica, a violência contra as mulheres e a saúde materna. Ele reúne 18 instituições estatais em um único espaço físico e oferece mais de 20 serviços gratuitos, acessíveis e adaptados às necessidades específicas das mulheres.

Um estudo randomizado e controlado (RCT) demonstrou a eficácia do modelo integrado do programa, reduzindo as barreiras de acesso aos serviços especializados vinculados à saúde sexual e reprodutiva e ao apoio legal para empoderamento econômico e combate à violência de gênero. Mulheres que participaram do programa utilizaram 43% mais serviços públicos do que aquelas que não participaram e relataram um aumento na satisfação com suas vidas em comparação com as não participantes. De forma geral, os Centros Ciudad Mujer têm impacto significativo no bem-estar geral das mulheres, contribuindo para aumentar o acesso a serviços especializados, inclusive para a saúde mental.

Recomendações finais

Diante da complexidade e urgência do problema da violência contra as mulheres, é evidente a necessidade de políticas públicas eficazes que priorizem a prevenção e a transformação dos ambientes onde essas violências ocorrem. A implementação de ações preventivas concretas, focadas na redução dos fatores de risco, é essencial para enfrentar essa questão de forma abrangente e sustentável.

A adoção de medidas preventivas pode contribuir para a interrupção do ciclo de violência contra a mulher, visando reduzir os danos físicos, emocionais e psicológicos causados às vítimas a longo prazo. Além disso, essas medidas podem promover a redução dos custos associados aos crimes de violência contra a mulher, considerando não apenas os custos diretos, como saúde e segurança, mas também os custos sociais e econômicos decorrentes do impacto negativo desses crimes na sociedade.

Recomenda-se que as políticas públicas se concentrem em programas que promovam a autonomia financeira das mulheres. Isso pode ser alcançado por meio de iniciativas que ofereçam acesso igualitário a oportunidades de emprego, capacitação profissional e empreendedorismo. Além disso, é fundamental que esses programas incentivem a equidade salarial e forneçam apoio financeiro direto às mulheres, especialmente às que estão em situação de vulnerabilidade econômica.

Outra área crucial de intervenção é a promoção de mudanças nas normas sociais de gênero. As políticas públicas devem investir em programas educacionais que

desafiem estereótipos de gênero prejudiciais e promovam relações baseadas no respeito mútuo e na igualdade de direitos. Isso pode ser realizado por meio da implementação de currículos escolares inclusivos e de campanhas de conscientização que abordem a importância da igualdade de gênero em todos os níveis da sociedade.

Além disso, é fundamental que as políticas públicas foquem na prevenção da violência intrafamiliar e doméstica. Isso inclui o fortalecimento da rede de proteção às mulheres, com a criação de centros de atendimento especializados, serviços de apoio psicológico e jurídico, e a implementação de medidas de segurança, como ordens de restrição e abrigos seguros. Também é essencial capacitar profissionais que lidam com casos de violência contra as mulheres, garantindo que estejam preparados para oferecer um atendimento sensível e eficaz.

Por fim, é primordial que as políticas públicas tenham como objetivo a transformação dos ambientes onde a violência contra as mulheres ocorre com maior frequência, como a escola e a casa. Isso pode ser alcançado por meio de programas de educação e sensibilização sobre violência de gênero, além da promoção de ambientes escolares e familiares seguros e inclusivos e do incentivo à denúncia e ao acolhimento das vítimas.

Em suma, para reduzir efetivamente a violência contra as mulheres, é necessário um esforço conjunto e coordenado de longo prazo que envolva o governo, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade em geral. Somente por meio da implementação de políticas públicas abrangentes e de ações preventivas concretas será possível criar um ambiente onde todas as mulheres possam viver com dignidade e livres de violência.

Notas de fim

1. Instituto Igarapé. (2023). [Guia de Proteção a Defensoras de Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazônia - Brasil](#). Pg. 22; Politize. (2020). [O que é violência de gênero e como se manifesta?](#)
2. Segundo o [Código Penal Brasileiro](#) (1940), artigo 129, configura violência doméstica a lesão que for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. A pena é agravada, segundo o §13 do artigo, quando a lesão for praticada contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.
3. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#).
4. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), Art. 5º.
5. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), Art. 5º. Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
6. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), Art. 5º; Para mais informações, acessar: [A Violência intrafamiliar e os prejuízos na saúde mental](#).
7. Harvard University. [Violence Exposure and Brain Development in Children](#).
8. Segundo publicação da Unicef em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a violência letal pode ser definida a partir de mortes violentas intencionais, homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes em decorrência de intervenção policial. [Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil](#), pg. 11, 2021.
9. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), 2015. [Recommendations for action against gender-related killing of women and girls](#).
10. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), art. 7º, inciso I.
11. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), art. 7º, inciso II.
12. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), art. 7º, inciso III.
13. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), art. 7º, inciso IV.
14. Lei Maria da Penha (2006). [Lei 11.340](#), art. 7º, inciso V.
15. As informações sistematizadas nesta tabela estão disponíveis em: [Understanding and addressing violence against women](#).
16. Instituto Igarapé (2023). [Enfrentamento da violência contra mulheres](#).
17. Essas 11 avaliações foram classificadas como de alta robustez, pois foram realizadas de forma aleatorizada ou com outro método que incluía amostra ampla (n > 200) e um grupo controle. Elas também demonstraram alta eficácia, resultando em uma redução na incidência do fenômeno estudado de mais de 20% ou mostrando significância estatística em um ou mais dos impactos avaliados.
18. Blattman, Christopher et al. [Building women's economic and social empowerment through enterprise: an experimental assessment of the women's income generating support program in Uganda](#), 2013.
19. Adoho, Franck et al. [The impact of an adolescent girls employment program: The EPAG project in Liberia](#). World Bank Policy Research Working Paper, n. 6832, 2014.
20. Bandiera, Oriana et al. [Women's empowerment in action: evidence from a randomized control trial in Africa](#). *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 12, n. 1, p. 210-259, 2020; Kayombo, Rudo. [El gran impulso que necesitan las mujeres africanas para escapar de la pobreza](#). Revista de Prensa, março de 2024.
21. Malti, Tina; Ribeaud, Denis; Eisner, Manuel. [Effectiveness of a universal school-based social competence program: The role of child characteristics and economic factors](#). *International Journal of Conflict and Violence (IJCV)*, v. 6, n. 2, pp. 249-259, 2012.
22. Foshee, Vangie A. et al. Assessing the long-term effects of the Safe Dates program and a booster in preventing and reducing adolescent dating violence victimization and perpetration. *American Journal of Public Health*, v. 94, n. 4, pp. 619-624, 2004; Instituto Nacional de Justiça. [Program Profile: Safe Dates](#). Crime Solutions. 4 de junho, 2011.
23. Barrera, Manuel et al. [Early elementary school intervention to reduce conduct problems: A randomized trial with Hispanic and non-Hispanic children](#). *Prevention Science*, v. 3, pp. 83-94, 2002.
24. Murray, Laura K. et al. [Effectiveness of the Common Elements Treatment Approach \(CETA\) in reducing intimate partner violence and hazardous alcohol use in Zambia \(VATU\): A randomized controlled trial](#). *PLoS medicine*, v. 17, nº 4, 2020.
25. Bustelo, Monserrat et al (2016). ["Evaluación de impacto del proyecto Ciudad Mujer en El Salvador"](#).

Expediente Institucional

Instituto Igarapé

Ilona Szabó de Carvalho
Cofundadora e Presidente

Robert Muggah
Cofundador e Chefe de Inovação

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Leriana Figueiredo
Diretora de Programa

Maria Amélia L. Teixeira
Diretora de Operações

Ficha Técnica

Autoria

Carla Guareschi
Assessora de Políticas Públicas

Renata Avelar Giannini
Pesquisadora

Camila Nadalini de Godoy
Assessora de Políticas Públicas

Marina Alkmim
Pesquisadora

Revisão de conteúdo

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Vivian Calderoni
Coordenadora de Programas e Pesquisa

Edição

Debora Chaves
Editora

Projeto Gráfico

Raphael Durão
Coordenador Criativo

Murilo Xavier Lima
Designer



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

igarape.org.br

Assessoria de Imprensa

press@igarape.org.br

Redes Sociais

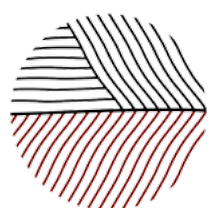
[f facebook.com/institutoigarape](https://www.facebook.com/institutoigarape)

[X x.com/igarape_org](https://x.com/igarape_org)

[in linkedin.com/company/igarapeorg](https://www.linkedin.com/company/igarapeorg)

[youtube.com/user/InstitutoIgarape](https://www.youtube.com/user/InstitutoIgarape)

[instagram.com/igarape_org](https://www.instagram.com/igarape_org)



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank